

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA DA MATA-MG

Praça Antônio Megale, 86, Centro

Borba da Mata/MG, CEP: 37.564-000

A/C: Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a) e equipe de apoio

**Referente: Pregão Eletrônico nº 009/2025
Edital de Processo Licitatório nº 045/2025**

SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.233.577/0001-02, Inscrição Estadual nº 181.292.443.117, estabelecida à Avenida Infante Dom Henrique, nº 494, Vila José Bonifácio, Araraquara/SP, CEP: 14.802-060, e-mail: juridico@stanalitica.com.br, neste ato representada por seu proprietário, o Sr. Sidinei Tação, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade (RG) nº 25.289.408-X SSP/SP, e CPF nº 150.743.598-30, vem mui respeitosamente a presença desta autoridade, observado o prazo legal, **RECORRER** da r. decisão que a desclassificou e recusou sua proposta apresentada para o **item 01** do objeto do instrumento convocatório, o que o faz nos termos a seguir demonstrados:

Síntese dos fatos

A licitante recorrente, quem ofertou o melhor preço na fase competitiva, contudo foi sob o fundamento de que “empresa encontra-se registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), conforme consulta realizada no Portal da Transparência. A inclusão desta empresas no referido cadastro configura uma irregularidade que estabelece que empresas inscritas no CEIS estão inabilitadas participa”, para os serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência, do edital, **item 01**, para ao final declarar vencedora a empresa MESQUITA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA..

Em que pese o respeito que nos merece, a fundamentação na r. decisão ora guerreada denota claro equívoco porquanto o certame é regido pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais alterações.

Ressalta a Recorrente **que a proposta ofertada é exequível** não havendo motivos para ensejar a desclassificação.

No mérito da questão apontada sobre a penalidade sofrida e apontada contra a ora recorrente, com a suposta infração ao item 4.3, subitem 4.3.4. do instrumento convocatório – **“4.3. Não poderão participar desta licitação os**

interessados: 4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta”; mister esclarecer alguns pormenores. Vejamos:

Cumpre esclarecer que a declaração de que a Licitante atende as condições editalícias **não se refere ou insere à penalidade imposta pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE), muito menos está regulamentada pelo artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93, a exemplo do trecho da r. decisão do SAAE Pedreira/SP abaixo transcrito:**

“Fica aplicada a sanção que será citada á seguir, á SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA. – CNPJ 04.233.577/0001-02:

- 1) Declaração de inidoneidade para licitar ou **contratar com esta Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo período de 24 meses.” (grifos nossos).*

Conforme parecer jurídico em que se baseou a decisão do SAAE Pedreira/SP, a sanção teve como fulcro o artigo 87, III, da então vigente Lei nº 8.666/93 c.c. artigo 7º da Lei nº 10.502/02 e a Súmula nº 51 do TCE/SP que expressamente restringe a medida repressiva à esfera de governo do órgão sancionador, vejamos:

*“Súmula nº 51 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, **nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar** (artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 e **artigo 7º da Lei nº 10.520/02**), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.” (destaques nossos).*

Ademais, esse entendimento da abrangência da penalidade já é tema pacificado na jurisprudência, inclusive o Tribunal de Contas da União consolidou entendimento de que a sanção do artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 tem aplicação restrita ao órgão ou entidade que a cominou, a exemplo dos Acórdãos a seguir:

“Enunciado

É irregular a desclassificação de licitante, como medida preventiva ou de prudência, em razão da existência de penalidade de suspensão temporária prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993, que lhe foi aplicada por outro órgão ou entidade da Administração Pública pelo descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias. Os efeitos dessa penalidade restringem-se à participação em licitações junto ao ente que imputou a sanção.

Acórdão 1757/2020-Plenário – TCU”

“Acórdão 266/2019 Plenário (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz)”

“Licitação. Sanção administrativa. Suspensão temporária. Abrangência. Contratação. Impedimento. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993) possui efeitos restritos ao âmbito do órgão ou entidade que aplicou a penalidade. Acórdão 269/2019 Plenário (Representação, Relator Ministro Bruno Dantas)”

“Acórdão 1003/2015-TCU-Plenário: A sanção de impedimento para licitar e contratar prevista art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador, enquanto que aquela prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente.”

Sem embargo disso, as decisões com relação a penalidade de SUSPENSÃO da Lei 8.666/93 já estabeleceram que a abrangência é apenas nos órgãos sancionadores, o certame em comento é regido pela Lei 14.133/21 que estabelece de modo semelhante em seu artigo 156 o impedimento de licitar e contratar, estabelecendo no seu parágrafo 4º que o alcance de seus efeitos se dará ao âmbito do ente político sancionador.

Nesse particular, a nova legislação incorporou o entendimento dos Tribunais, que era no sentido de que a suspensão do direito de licitar e contratar, prevista no art. 87, inciso III, da Lei de Licitações, limita-se ao próprio órgão que aplicou a penalidade.

As declarações de que atendem as condições editalícias não englobam a “declaração de inidoneidade”, aplicável pela Administração ao particular, com base na lei de licitações revogada, qual seja, no art. 87 da Lei nº 8.666/93 visava impedir que o particular participasse de licitações ou contratasse com a Administração Pública por motivo de descumprimento total ou parcial do contrato ou se praticar alguma conduta prevista no art. 88 da Lei nº 8.666/93. Tal penalidade permanece na nova lei de licitação – Lei nº 14.133/21 e seus efeitos persistirão enquanto durarem ***“os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior”***.

Cumpra esclarecer, ademais, que no §3º do art. 87 da Lei de Licitações a aplicação desta sanção ***“é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal”***.

Por conseguinte, acertadamente, a Assessoria Jurídica dessa respeitável Administração emitiu ou emitirá parecer favorável de que a penalidade aplicada pelas Administrações Municipais a que se refere a recorrente não se estendem a essa Administração Municipal, a exemplo do proferido pelo SAAE de Itapira, como colacionamos:

A fim de dirimir quaisquer dúvidas, a Comissão solicitou assessoria jurídica, que retornou após a análise informando que as abrangências das sanções referem-se à Esfera e Poder do órgão sancionador, ou seja, está restrito os efeitos das penalidades ao âmbito do órgão que aplicou a mesma. Segundo o entendimento jurídico desta Autarquia, as penalidades não são extendidas ao SAAE ITAPIRA, portanto é permitida a participação do licitante neste certame.

Corroborar nesse mesmo sentido a respeitável decisão prolatada pela Prefeitura Municipal de Serrana-SP, documento que acompanha em anexo.

Ademais, o subitem 4.3.4 do Edital NÃO ESPECIFICA PARA QUAL ENTE FEDERATIVO É A ABRANGÊNCIA DE IMPEDIMENTO OU DECLARAÇÃO INIDONEIDADE, limitando-se a detalhar que *“4.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;”*, ou seja, imposta por qual ente federativo?

Assim, uma vez que esta peticionante ora recorrente atendeu a **TODAS** as exigências de habilitação, é hialina **que sua proposta comercial é a mais vantajosa à Administração, com as demais licitantes ofertando propostas desvantajosas a denotar considerável diferença entre as ofertas de preços.**

Ou seja, diante do inegável fato que a licitante atendeu a integralidade das exigências habilitatórias, **e que apresentou o menor preço** para os serviços licitados, que se traduz na obtenção da proposta mais vantajosa, é **IMPERIOSO** a manutenção do ato para declará-la **HABILITADA E CONSEQUENTE SUA VITÓRIA** que acarretará na concretização da obediência dos princípios basilares da Administração Pública, notadamente a eficiência, contido caput do artigo 37 da Carga Magna, onde a economia a ser realizada, poderá ser revertida em outros programas que seja atingido o verdadeiro interesse público que é o atendimento dos interesses da coletividade, sob pena de se apurar a responsabilidade funcional dos envolvidos, como registrado por Marçal Justen Filho, em sua obra específica do citado procedimento que:

8.4) Responsabilidade do pregoeiro.

Tal como se passa com todos os agentes públicos investidos de competências decisórias, o pregoeiro responde pelos atos praticados. Cabe-lhe promover o pregão com estrita observância na disciplina legal e editalícia, submetendo-se aos princípios norteadores da atividade administrativa.

Esses princípios impõem ao pregoeiro o reconhecimento de que a realização do interesse público não significa autorização para lesar o interesse privado. O pregoeiro deve respeitar lealmente os interesses dos licitantes privados - tal como os licitantes privados estão submetidos a respeitar lealmente os interesses da Administração.

A advertência é necessária porque, em algumas situações práticas, parece prevalecer a concepção de que a finalidade de ampliação da competitividade e a busca pela obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração

*legitimariam qualquer conduta do pregoeiro. Essa orientação é radicalmente contrária à ordem constitucional vigente. Nenhum agente público pode assumir a proposta de que “os fins legitimam os meios”. Isso se aplica inclusive ao pregoeiro. Portanto, o pregoeiro poderá ser responsabilizado pelos atos ilegais ou abusivos praticados, ainda quando deles possa ter pretensamente resultado uma contratação vantajosa para a Administração.
(in Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, Dialética, 5ª Edição, pgs. 109/110)*

Como já exposto, não houve inexequibilidade da proposta, conforme demonstrativo anexado.

Como brilhantemente observou o ilustre Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serrana-SP:

“O princípio da legalidade preconiza que a Administração Municipal só poderá agir de acordo com as determinações previamente estabelecidas pela legislação. Grosso modo, é correto afirmar que, em razão do princípio da legalidade, a Administração não pode criar, inventar ou distorcer regras, devendo os seus atos serem pautados exclusivamente pelas determinações legais.”

Por outro lado, a licitante **MESQUITA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.**, tida como aceita e habilitada no lugar da recorrente, comprovado nos autos deixou de apresentar a necessária Declaração expressa de que não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante, a que se refere o Anexo IV do Edital em clara violação ao determinado no subitem 9.9.8.9.10.6, do instrumento convocatório; também apresentou Atestado incompleto que não demonstra o devido enquadramento com a área do objeto licitado em infração do exigido no subitem 9.11.1.1 do Edital, note-se que o documento encartado nada menciona acerca das análises e dos parâmetros o que impossibilita a verificação efetiva do contexto ou ajustamento desse documento com a área do objeto licitado; demais disso, a licitante aqui recorrida apresentou Certidão Civil inválida, porquanto aludido documento venceu aos 05/03/2025 em clara transgressão do estabelecido no subitem 9.10.1 do Edital.

Esses fatos supramencionados denotam equívoco na verificação das condições exigidas no Edital, bem como na apreciação da conformidade dos documentos apresentados, o que enseja a desclassificação da licitante **MESQUITA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.** com todas as sequelas cabíveis.

Notório que a não apresentação de documento expressamente exigido no edital viola o princípio da legalidade e a decisão que declarou a empresa **MESQUITA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.** vencedora no certame, à evidência, deixou de seguir as normas e condições do edital infringindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou vinculação ao edital, bem como contraria o disposto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

A inobservância destas referidas exigências dos subitens 9.9.8.9.10.6.; 9.10.1 e 9.11.1.1., do Edital, comprometem a lisura e a transparência do certame, fato que somado a equivocada desclassificação da recorrente, no mínimo,

indica direcionamento do certame para determinada empresa previamente eleita pela Administração, mesmo porque desobedece a regra estabelecida no subitem 4.3.1. do instrumento convocatório que vincula não só os administrados como também a Administração.

Merece especial destaque a apresentação da Certidão negativa de falência fora do prazo de validade diante do exposto no inciso II, do artigo 69, da Lei nº 14.133/2021 que coloca como condição “*sine qua non*” para a habilitação econômico-financeira a apresentação, por parte dos licitantes, desta Certidão a impedir uma efetiva apreciação da situação econômico e financeira atual da empresa, se o passivo desta licitante supra o ativo a influir no cumprimento do contrato, sem esquecermos o evidente desatendimento à exigência formulada no instrumento editalício ou de chamamento.

Esse fato ganha maior importância se considerarmos a natureza da prestação de serviços objeto do edital.

Note-se que não trata de apresentação extemporânea dos citados documentos, mas da falta de apresentação desses indispensáveis documentos, haja visto que o documento incompleto e o vencido há mais de 40 dias evidencia a irregularidade da licitante recorrida, sem olvidarmos para a não apresentação da declaração do Anexo IV, e mesmo assim a decisão aqui guerreada optou por contratar uma empresa sem tais documentos em contrariedade às normas e leis que regem a matéria.

Portanto, tendo em vista a ausência da Declaração expressa de que não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante, a que se refere o Anexo IV do Edital; a apresentação de Atestado de Qualificação Técnica (art. 67) incompleto e a apresentação de Certidão negativa de falência vencida ou inválida por parte da licitante recorrida, bem como a imprescindibilidade desses documentos para atender às condições do Edital e seus anexos, impõe-se a inabilitação da licitante **MESQUITA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.**

Ante todo o exposto, **requer-se:**

1 - O **TOTAL PROVIMENTO** às presentes **RAZÕES de recurso da Recorrente**, por consequência, seja declarado **TOTALMENTE PROCEDENTE o RECURSO** para, de conseguinte, **anular a r. decisão de inabilitação da recorrente e de habilitação da licitante recorrida, ou melhor, o resultado do processo licitatório; inclusive com a consequente manutenção da habilitação da recorrente, declarando-a vencedora do pregão eletrônico em comento**, por ter apresentado a proposta mais vantajosa à Administração e cumprido integralmente todas as exigências de habilitação contidas no instrumento convocatório, prosseguindo com as demais etapas, quais sejam a adjudicação, homologação e convocação para assinatura do respectivo contrato administrativo.

2 - Seja a licitante recorrida **MESQUITA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. desclassificada e/ou declarada inabilitada** em razão de não ter apresentado Declaração expressa de que não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante; de ter apresentado Atestado de Qualificação Técnica (art. 67) incompleto e de ter apresentado de Certidão Civil vencida ou inválida, infringindo, assim, exigências expressas no Edital.

3 - Sequencialmente, caso o(a) Nobre Pregoeiro(a) não reforme sua decisão, requeremos ainda, que o presente recurso seja submetido à apreciação da autoridade competente desta respeitável Administração Municipal para deliberação.

4 - Subsidiariamente, também, se necessário, **cópia integral do presente processo** para medidas futuras, sejam elas perante órgãos fiscalizadores como o Tribunal de Contas ou, se for o caso, medidas judiciais cabíveis.

Termos em que,
pede deferimento.

Araraquara (SP), em 20 de março de 2025.

SUPREMA TECNOLOGIA ANALITICA LTDA.

**Sidinei Tacão
Proprietário**

04.233.577/0001-02

**SUPREMA TECNOLOGIA
ANALITICA LTDA**

AVENIDA INFANTE DOM HENRIQUE Nº 494
VILA JOSÉ BONIFÁCIO - CEP 14.802-060
ARARAQUARA - SP